



UM MARCO NO ENSINO SECUNDÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA: O COLÉGIO ESTADUAL DE CAMPINA GRANDE (1948- 1953)

Vívia de Melo Silva¹

Resumo

O presente artigo tem como objetivo discutir a criação e aspectos da implantação do Colégio Estadual de Campina Grande-PB, um marco na história do ensino secundário paraibana, durante a República. Quanto ao recorte temporal, focalizamos o período de 1948 a 1953. O ano de 1948 porque foi proposto oficialmente a construção desse colégio, e, o ano de 1953, por ser o momento que o estabelecimento de ensino foi inaugurado e passou a funcionar em prédio próprio. Metodologicamente, realizamos pesquisa bibliográfica e análise documental. Os principais referenciais foram: Bourdieu (1996), Le Goff (1996), Saviani (2007), Sanfelice (2007) e outros. Quanto às fontes, trabalhamos com jornais, anuários, mensagens presidenciais; mensagens de governadores; livros de memorialistas. Em linhas gerais, destacamos que esse feito na cidade de Campina Grande se tratou de um acontecimento grandioso que principiou, no interior da Paraíba, o funcionamento de uma instituição pública de ensino secundário de qualidade. No que tange a sua implantação, ponderamos que foram, três indícios que motivaram essa instauração, a saber: a política educacional de expansão do ensino secundário público; a demanda populacional de Campina Grande; e a expansão do ensino primário na Paraíba e, de forma específica, em Campina Grande.

Palavras-chave: Ensino secundário. Instituição escolar. História da educação na Paraíba.

A FRAMEWORK IN THE SECONDARY EDUCATION OF THE STATE OF PARAÍBA: THE STATE SCHOOL OF CAMPINA GRANDE (1948-1953)

Abstract

This article aims to discuss the creation and aspects of the implantation of the State School of Campina Grande-PB, a landmark in the history of secondary education in Paraíba, during the Republic. As for the time frame, we focus on the period from 1948 to 1953. The year of 1948 was officially proposed for the construction of the school, and the year of 1953, for being the moment that the educational establishment was opened and started to operate in its own building. Methodologically, we performed bibliographical research and documentary analysis. The main references were: Bourdieu (1996), Le Goff (1996), Saviani (2007), Sanfelice (2007) and others. As for the sources, we work with newspapers, yearbooks, presidential messages; messages from governors; books of memorialists. In general terms, we highlight that this achievement in the city of Campina Grande was a great



one that began in the interior area of Paraíba, the operation of a quality secondary public institution. With regard to its implementation, we consider three evidences that motivated this establishment, namely: the educational policy of expansion of public secondary education; the population demand of Campina Grande; and the expansion of primary education in Paraíba and, specifically, in Campina Grande.

Keywords: Secondary education. School institution. History of education at Paraíba.

UN MODELO EN LA ENSEÑANZA SECUNDARIA DEL ESTADO DE PARAÍBA: EL COLEGIO ESTATAL DE CAMPINA GRANDE (1948-1953)

Resumen

Este artículo posee como objetivo central discutir la creación y aspectos de la implantación del Colegio Estatal de Campina Grande-Paraíba (PB), un modelo en la historia de la enseñanza secundaria del estado de Paraíba, durante la República. Con respecto al aspecto temporal, nos enfocamos en el período que va de 1948 a 1953. El año 1948 porque se propuso oficialmente la construcción de dicho colegio y, el año 1953 por tratarse del momento en que se inauguró este establecimiento educacional y comenzó a funcionar como tal en su propio edificio. Metodológicamente, realizamos una pesquisa bibliográfica y un análisis de los documentos. Las principales referencias fueron: Bourdieu (1996), Le Goff (1996), Saviani (2007), Sanfelice (2007) entre otros. Con respecto a las fuentes, trabajamos con periódicos, anuarios, mensajes presidenciales, mensajes de jefes de Estado, libro de memorias. En términos generales, destacamos que este episodio, en la ciudad de Campina Grande, se trató de un hecho grandioso que inició, al interior del Estado de Paraíba, el funcionamiento de una institución pública de enseñanza secundaria de calidad. Con respecto a su implementación, mencionamos que fueron tres las señales que motivaron esa puesta en marcha: la política educacional de expansión de la enseñanza pública secundaria, la demanda poblacional de Campina Grande y la expansión de la enseñanza primaria en el Estado de Paraíba, más específicamente, en Campina Grande.

Palabras claves: Enseñanza secundaria. Institución escolar. Historia de la educación en el estado de Paraíba.

INTRODUÇÃO

O presente artigo é um recorte de uma pesquisa de doutoramento concluída no âmbito de um Programa de Pós-graduação em Educação sobre a história do segundo Colégio Secundário Público da Paraíba. Neste texto, temos como objetivo discutir a criação e aspectos da implantação do Colégio Estadual de Campina Grande-PB, destacando como um



marco na história do ensino secundário paraibana durante a República. Focalizamos, neste estudo, o seguinte recorte temporal 1948-1953. O ano de 1948 por ser o momento em que foi proposto oficialmente a construção desse colégio, durante o governo de Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Melo. E o ano de 1953 por ser o marco em que o estabelecimento de ensino foi inaugurado e passou, em caráter oficial, a funcionar em seu prédio próprio.

Estudar esta instituição de ensino secundário se fez relevante por alguns motivos. O primeiro por se tratar de um importante estabelecimento de ensino secundário público do Estado da Paraíba, da segunda metade do século XX, sendo o primeiro colégio público de ensino secundário da cidade de Campina Grande e o segundo do Estado – o primeiro foi o Lyceu Parahybano ainda fundado no Império. Segundo, por ser considerado, até hoje, como um importante patrimônio simbólico presente na sociedade campinense. E, finalmente, por ser um colégio público que marcou os processos de formação da juventude, principalmente porque oportunizou aos estudantes campinenses e de cidades circunvizinhas dar continuidade aos estudos em instituição pública, em espaço amplo e de considerada qualidade, sem a necessidade de deslocamento à capital ou outro estado.

É válido ressaltar que partimos da hipótese de que embora esta instituição tenha sido criada quando se cogitava a expansão do ensino secundário público ao povo em geral, no Brasil, foi implantada para propiciar uma formação distinta aos jovens de Campina Grande e cidades circunvizinhas, mediante o ensino secundário público. Em outras palavras, a implantação do colégio integrou um conjunto de necessidades de um grupo da população face às transformações sociais em curso na cidade naquela época, para reinventar e corroborar o seu poderio, preparando homens que assumiriam posteriormente maiores responsabilidades na sociedade paraibana.

As fontes históricas que subsidiaram este estudo foram: jornais de circulação no Estado da Paraíba, como *A União*, de caráter oficial do governo, fundado em 1893, por Álvaro Machado; *Diário da Borborema*; *Gazeta da Borborema* e *Jornal de Campina*; *Almanaques* e *anuários* da Paraíba e da cidade de Campina Grande; mensagens de presidentes de governadores, fotografias, publicações de memorialistas e documentos avulsos, tais como: relatórios de inspetores, leis e decretos, dentre outros. Para auxiliarmos na escolha e tratamento destas fontes foi bastante pertinente o conceito de “documento/monumento” elaborado por Jacques Le Goff. Para este historiador francês, os documentos e os monumentos são materiais da memória coletiva e da história. O primeiro, conforme Le Goff (1996, p. 535), é “[...] escolha do historiador [...]”, e o segundo, o monumento, “[...] é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação [...]”. Ademais,

[...] o documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade, que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continua a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. (LE GOFF, 1996, p. 547).



Não podemos deixar de destacar que consideramos as fontes como documentos ou vestígios materiais elaborados no passado, sejam esses longínquos ou mais ligados ao tempo presente, não direcionados ao historiador, mas para atender as necessidades específicas do momento no qual foram produzidos. Compreendemos, portanto, que os documentos, os resquícios materiais e fragmentos que marcam uma época, um momento, estão impregnados pelo seu tempo e são utilizados por nós historiadores para contribuir com a formulação de conhecimentos sobre um dado objeto, no nosso caso, sobre o colégio.

Como estamos inscrita em uma especificidade de pesquisa no âmbito da história da educação, qual seja: história de instituições escolares, faz-se necessário ressaltar que corroboramos com a compreensão de Sanfelice (2007) de que toda instituição escolar merece ser objeto de investigação, independente do grau de relevância na sociedade, uma vez que, embora inserida em um contexto maior, cada instituição apresenta sua história e responde aos múltiplos determinantes de forma singular. Portanto, compartilhamos com esse autor do entendimento de que o estudo de uma determinada instituição permite desvendar parte de uma singularidade educativa, assim como, aspectos inexplorados na história da educação, que não deixam de refletir, por sua vez, em questões gerais dessa nossa história.

Também partilhamos da perspectiva ressaltada por Saviani (2007). Esse autor sintetiza o conceito de instituição educativa da seguinte forma:

[...] são, portanto, necessariamente sociais, tanto na origem, já que determinadas pelas necessidades postas pelas relações entre os homens como no seu próprio funcionamento, uma vez que se constituem como um conjunto de agentes que travam relações entre si e com a sociedade à qual servem. (SAVIANI, 2007, p. 5).

O mesmo autor explicita que estudar a história de uma instituição escolar pressupõe reconstruí-la historicamente, razão porque o pesquisador não constrói seu objeto enquanto tal, pois “[...] o que lhe cabe construir é o conhecimento do objeto e não o próprio objeto. E construir o conhecimento do objeto não é outra coisa senão reconstruí-lo no plano do pensamento.” (SAVIANI, 2007, p. 15).

Somada à reflexão anterior, a discussão acerca do poder simbólico elaborada por Bourdieu (2010) foi-nos bastante conexa, haja vista que o colégio foi considerado durante um significativo tempo como: “faculdade mirim de Campina Grande”, “Colégio de Excelência do saber” e até os dias de hoje é mencionado como o colégio que possibilitou aos jovens de Campina Grande, na segunda metade do século XX, um ensino de qualidade e uma formação para o sucesso posterior, portanto, uma construção simbólica repleta de significados, que não deixou, todavia, de implicar em demarcação ou, até mesmo, imposição de poder na sociedade campinense no âmbito da formação da juventude.

O ENSINO SECUNDÁRIO NA PARAÍBA



Segundo Ferronato (2012), o ensino secundário na Paraíba foi marcado a partir do período Imperial, mais especificamente desde o ano de 1836² até 1877³, pelas seguintes formas de organização escolar de ensino secundário: aulas avulsas particulares e públicas e o Lyceu Provincial da Parahyba do Norte.

As aulas avulsas foram legatárias das aulas régias, disseminadas no final do período do Brasil Colônia (HAIDAR, 1972). Esse modelo de instrução funcionou em precárias condições de infraestrutura, sob grande influência do poder local, tendo o professor como principal organizador do ensino, com um currículo indefinido, sem seriação, com mínimos recursos financeiros, sem estrutura arquitetônica própria e precariedade em termos de materiais didático-pedagógicos.

Na Paraíba, esse modelo de instrução secundária coexistiu com o Lyceu Parahybano, ocasionando, dessa forma, de acordo com Ferronato (2012), disputas nesse nível de ensino na província. De acordo com este autor, as principais cadeiras isoladas secundárias na província foram: a do Vale do Mamanguape, a Região do Brejo paraibano (Areia) e a do Sertão (Souza, Pombal e Piancó). Portanto, localizações do interior da Paraíba de considerável distância da capital, onde fora implantado o Lyceu Provincial.

O Lyceu Parahybano foi criado oficialmente pela lei nº. 11 de 24 de março de 1836, tendo seu funcionamento acontecido somente a partir de 1837. Sua composição, *a priori*, era formado pelos professores das cadeiras de Latim, Francês, Retórica, Filosofia e Matemática (MENEZES, 1982). Essa instituição escolar foi simbolicamente considerada como sendo o “[...] principal centro de cultura da Paraíba [...]” (MENEZES, 1982) e “[...] símbolo de modernização do ensino secundário paraibano.” (FERRONATO, 2012).

Essa instituição ocupou um lugar de evidência na história do ensino secundário paraibano, principalmente por ter introduzido a modernização nesse nível de ensino na antiga província. Por isso, mesmo tendo como foco de reflexão o período republicano é inevitável falar em ensino secundário nesse estado sem abordar tal instituição.

No período Republicano, mais especificamente na primeira metade do século XX, a configuração do ensino secundário na Paraíba acompanhou a expansão das instituições de ensino secundário particular. A partir das diversas fontes que tivemos acesso, a primeira instituição de ensino secundário pública da Paraíba foi o Lyceu Provincial da Parahyba do Norte, como já pontuamos, e somente depois de 117 (cento e dezessete) anos é que foi implantada uma segunda instituição pública desse mesmo nível de ensino, o Colégio Estadual de Campina Grande. Abrimos parênteses para citar os principais estabelecimentos de ensino secundário que funcionaram na Paraíba e, particularmente, em Campina Grande, durante esse intervalo de tempo entre a fundação do Lyceu Parahybano e a implantação do Colégio Estadual de Campina Grande, focando, sobretudo, o período republicano.

Sabemos que a influência da Igreja Católica na expansão do ensino secundário foi emblemática em diversas localidades do país, durante o final dos oitocentos e primeira



metade do século XX. Não é nosso objetivo apresentar a distribuição dos colégios secundários públicos e privados que funcionaram nesse estado durante o período em estudo, pois, mesmo que tivéssemos essa pretensão, as fontes que reunimos não nos dariam subsídio para tal. Todavia, citamos alguns desses colégios que tiveram expressiva influência na formação da juventude paraibana, a saber: Colégio do prof. Demétrio Tolêdo, na cidade de Pilar, em 1842; Colégio Padre Rolim, na cidade de Cajazeiras, em 1843; Colégio N. S. do Carmo, em Campina Grande, no ano 1865; Colégio Diocesano Pio X, atual João Pessoa, em 1894; Colégio N. S. das Neves, atual João Pessoa, 1895; Instituto Pedagógico, em Campina Grande, ano de 1919; Colégio N. S. do Rosário, na cidade de Alagoa Grande, em 1919; Colégio Sagrado Coração de Jesus, em Bananeiras, no ano de 1930; Colégio Pio XI, em Campina Grande, no ano 1931; Colégio Imaculada Conceição, em Campina Grande, no ano 1931; Escola Normal N. S. da Luz, na cidade de Guarabira, em 1939; Colégio Normal Francisca Mendes, em Catolé do Rocha, em 1939, dentre tantos outros.

A partir das informações citadas, é claro a predominância de instituições de ensino médio particulares. Nesse sentido, selecionamos algumas das instituições que, de forma emblemática, se destacaram na educação da juventude paraibana, seja pelo tempo de funcionamento (ou seja, de vida da instituição), seja pela suposta qualidade de ensino. Evidentemente que essa seleção tem como foco os estabelecimentos escolares que foram instaurados na cidade de Campina Grande.

Além do próprio Lyceu Provincial, tivemos na capital paraibana, o funcionamento do Colégio Diocesano da Paraíba, também nomeado Colégio Pio X ou Marista. Essa instituição foi fundada em 4 de março de 1894 pelo primeiro bispo da Paraíba, Dom Adauto Aurélio de Miranda Henriques, iniciando suas atividades educativas no dia 26 de abril do ano de fundação. Esse colégio de iniciativa da Igreja Católica,

[Serviú] como uma espécie de seminário menor, funcionando inclusive nas dependências dessa instituição e administrado pelos mesmos religiosos, o Colégio, que no início tinha apenas dez alunos cursando uma única cadeira (Português), foi crescendo e se diversificando, preenchendo as deficiências de oferta do então ensino público. Funcionando como internato e externato e oferecendo desde o curso elementar até os preparatórios para as faculdades, sua matrícula chegou em 1900 aos 49 alunos, sendo 14 no curso primário e 35 no secundário (Figueiredo, 1919, p. 279). Com o decorrer do tempo, pouco a pouco foi configurando-se como objetivo maior do Colégio a sua concorrência com o tradicional Liceu (fundado em 1836 e, desde então, única escola secundária oficial do Estado para o sexo masculino), na preparação da mocidade paraibana. (KULESZA, 2011, p. 86).

Nesse sentido, além de ser mais um espaço de formação da juventude se tornou um concorrente da oficial instituição pública de ensino secundário da Paraíba.

Em Campina Grande, durante a primeira metade do século XX, três instituições escolares protagonizaram a educação de grau médio até a implantação do Colégio Estadual



de Campina Grande, a saber: Instituto Pedagógico Campinense (1919); Colégio Imaculada Conceição (1931) e Colégio Pio XI (1931).

O Instituto Pedagógico Campinense, de acordo com o Anuário de Campina Grande (1925), foi fundado em 17 de fevereiro de 1919 pelo Tenente Alfredo Dantas Correia de Góes. Essa instituição possuía uma forte orientação de teor militar, uma vez que “[...] preparava os jovens para a defesa do país inculcando sentidos nacionalistas nos hábitos cotidianos dos alunos [...] o educandário campinense tinha a disciplina e a obediência como palavras de ordem, a norma era um imperativo no comportamento dos jovens.” (SILVA, P., 2010, p. 51).

Em conformidade com Andrade (2012), esse educandário após a década de 1930 expandiu as instalações físicas, fundando, por conseguinte, as “Escolas Anexas”, onde funcionaram a Escola de Instrução Militar General Pamplona, conhecida como Escola de Tiro 243, e o Curso Comercial Propedêutico e Peritos Contadores.

O Colégio Imaculada Conceição, conhecido como Colégio das Damas, foi fundado em 1º de março de 1931, para formação das moças da cidade. Conforme Ramsés Nunes e Silva (2012), o Colégio das Damas em Campina Grande, que funcionava em regime interno e externato, foi a primeira experiência da Congregação Damas da Instrução Cristã fora do estado de Pernambuco. Essa implantação, para o autor citado, foi possível devido às articulações políticas com José Adelino de Mello, liderança política de Campina Grande, e o bispo da diocese da Paraíba, Dom Adauto Aurélio de Miranda Henriques. Portanto, era um estabelecimento de ensino que atendia às moças das abastadas famílias campinenses.

No mesmo ano de fundação do Colégio das Damas em Campina Grande é implantado o Colégio Pio XI, em 7 de abril, pelo vigário José Medeiros Delgado. Quando da criação funcionou no consistório da Igreja Matriz, tendo como primeiro diretor o padre Antônio Costa, que foi sucessivamente substituído pelos padres Francisco Lima e Dr. Odilon Pedroza (CÂMARA, 1998). No ano de 1932 essa instituição foi deslocada para um prédio próprio, construído em um terreno doado, situado na atual rua João Pessoa em Campina Grande.

Sobre o funcionamento dessa instituição, em uma crônica disponibilizada na Web pudemos acompanhar profícuo relato de um ex-aluno desse educandário a esse respeito.

O velho Pio XI funcionava num prédio imenso, com um primeiro andar semi-abandonado cujo piso era revestido de madeira. Numa das alas desse primeiro andar morava o padre, sozinho. O restante era composto de espaços mortos, com restos de carteiras, birôs, quadros-negros – lembranças de cursos que não existiam mais. Um desses espaços era ocupado por uma biblioteca esparramada e quase desfeita, com títulos atraentes como *Os três mosqueteiros*, *Os miseráveis*, *O Corcunda de Notre-Dame*. Lembro-me de que passava horas ali, em concentrado exílio matinal ou vespertino, folheando os livros e sonhando menos com a aventura de vivê-los que de os escrever. (VIANA, 2007).



Não obtivemos informações de que período o ex-aluno se reportou, mas fazendo inferência com outras informações contidas na crônica podemos supor que já se referia ao momento em que na cidade de Campina Grande existia o Colégio Estadual. Portanto, na década de 1950. Ademais, outro elemento nos conduz a essa compreensão, qual seja: o esvaziamento de estudantes no educandário, aspecto implicitamente presente no trecho ressaltado quando se refere aos espaços mortos, uma vez que é com a fundação da instituição pública de ensino secundário, que decorre certa diminuição nas matrículas do Colégio Pio XI e demais estabelecimentos escolares antes apresentados.

O COLÉGIO ESTADUAL DE CAMPINA GRANDE-PB: CRIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO

Do anúncio de criação de um colégio estadual para a cidade de Campina Grande até a inauguração e funcionamento tivemos efetivamente à frente do Estado da Paraíba, como representante do povo, dois governadores, a saber: Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Melo (1947-1950) e José Américo de Almeida (1951-1956). Oswaldo Trigueiro, após o processo de redemocratização, foi o primeiro governador da Paraíba escolhido pelo processo de voto direto e secreto, conforme assegurado pelo artigo 4º da Lei Constitucional n.º 9, de 28 de fevereiro de 1945, detalhado pelo Decreto-Lei n.º 7.586, de 28 de Maio de 1945, que regulamentou, em todo país, o alistamento eleitoral e as eleições.

Para Zenaide (2004), o governo de Trigueiro buscou atender, ao que era possível no momento, as necessidades mais urgentes relativas, principalmente, à Educação, à Saúde e aos melhoramentos urbanos. Corroborando esse apontamento, Maia (1980, p. 44) ressalta que “[...] de 1947 a 1950, a Administração Estadual deu prioridade aos problemas da educação, saúde, produção e transportes”, setores fundamentais para melhoramento da condição do Estado.

José Américo de Almeida governou a Paraíba por dois mandatos, no período de 1951-1953 e no intervalo temporal de 1954-1956, considerado homem de letras, escritor reconhecido nacionalmente e político de grandes feitos. De acordo com Chianca (1987), durante seu governo foram destaques as seguintes iniciativas: abastecimento de água em algumas cidades; instalação de energia elétrica; criação e manutenção de postos de saúde; e construções de estabelecimentos de ensino, obras estas que eram reflexos do nacional-desenvolvimentismo que se disseminava no país.

O âmbito da educação, conforme Mello (1996), foi considerado uma das prioridades do governo de José Américo, sendo

Disseminador de escolas, construtor de grupos, estimulador de ensino rural, de escolas normais e de comércio, de ginásios e de cursos profissionais, animador da educação artística sem contar o estabelecimento de órgãos técnicos que passaram

a orientar e dirigir, experimentalmente, as escolas paraibanas, notabilizou-se, sobretudo, na campanha do ensino superior. (MELLO, 1996, p. 128).

Tais ações, notadamente, faziam parte da política educacional do momento, arraigada por todo o país pelo efervescente anseio de redemocratização e desenvolvimentismo. Não intentamos com essa assertiva retirar uma suposta benfeitoria de José Américo no ramo do ensino, alertamos apenas para as articulações maiores às quais determinados investimentos se vinculam.

Considerando os governos supracitados, salientamos que foi durante este íterim que se desenvolveu o processo de criação e implantação do Colégio Estadual de Campina Grande. No que se refere à criação desse colégio, ponderamos que foram, especialmente, três indícios que motivaram essa implantação, a saber: a política educacional de expansão do ensino secundário público; a demanda populacional de Campina Grande; e a expansão do ensino primário na Paraíba e, de forma específica, em Campina Grande.

Sobre o primeiro indício, a necessidade de expandir o ensino secundário público brasileiro era discurso recorrente nos anos de 1940 e, principalmente, 1950. Esse discurso e essa necessidade de ampliação do ensino secundário público estavam articulados, conforme Geraldo Bastos Silva (1969), com os processos de industrialização e o aumento da renda nacional refletidos nas crescentes concentrações urbanas e oportunidades de trabalho no setor terciário. Em mensagem apresentada ao Congresso Nacional o Presidente da República General Eurico Gaspar Dutra na abertura da sessão legislativa evidenciou essa necessidade de expansão para o ensino secundário:

A tendência universal de nossos dias é estender as oportunidades educativas de segundo grau aos adolescentes de todas as camadas sociais, a fim de elevar o padrão médio de cultura geral das populações.
[...] A nossa rede escolar secundária deveria ser pelo menos duplicada, bem como os efetivos do seu corpo docente, para poder atender à crescente procura das novas gerações. (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS, 1987, p. 160).

Não se pode negar nessa mensagem o discurso de necessidade de aumentar a oferta deste nível de ensino no país. Todavia, anunciar a necessidade de ampliação na rede secundária a todas as camadas sociais não significava, ainda, a materialização de tal intuito.

Articulado às pretensões do governo federal, na Paraíba, o governador Oswaldo Trigueiro relatou na sua primeira mensagem, no mandato de 1947 a 1950, apresentada em primeiro de julho de 1947 à Assembleia Legislativa e publicada no Jornal A União em 2 de julho do mesmo ano, a suposta realidade do ensino secundário no Estado e os anseios de atuação nesse nível de ensino. Na mensagem foi evidenciado que até o ano de 1947, contava o Estado apenas com um estabelecimento de ensino secundário público, o Colégio Estadual da Paraíba, antigo Liceu Paraibano, localizado na capital João Pessoa, como já pontuamos. Para esse governador, se fazia urgente “[...] a criação de novos estabelecimentos em outras



idades, a fim de se facilitar a tarefa de dar aos paraibanos, de qualquer zona, iguais possibilidades [de estudo].” (JORNAL A UNIÃO, 1947, p. 01).

Consolidando o que proclamou na mensagem antes citada, o governador Oswaldo Trigueiro em mensagem apresentada à Assembleia Legislativa no ano seguinte (1948) e publicada no Jornal A União em 3 de junho de 1948, anunciou a criação do Colégio Estadual da Prata.

Torna-se indispensável a ampliação de nossa rede de estabelecimentos de ensino secundário com a criação de novos colégios pelo Estado [...] Com êsse propósito já determinou o Governo a construção do Colégio Estadual de Campina Grande, que também disporá de dois ciclos. (JORNAL A UNIÃO, 1948, p. 05).

Como destacado anteriormente esse passo para a criação do colégio esteve ligado às pretensões alvitadas pelo governo federal. Mas, seria somente esse motivo satisfatório para a construção do Colégio Estadual de Campina Grande? Somente esse indicativo não seria suficiente para ser a cidade de Campina Grande palco da realização desse investimento educacional no nível secundário. Principalmente, porque se esse motivo fosse o bastante, nos fins dos anos 1940 e os anos 1950, outras cidades brasileiras teriam sido contempladas com colégios públicos de nível secundário, como demonstra a literatura da área.

Destacamos, neste sentido, que outro motivo corroborou para a realização da implantação do segundo estabelecimento de ensino secundário público da Paraíba, a demanda populacional da cidade. Esse motivo foi nosso segundo indício à instauração do colégio. Alguns dados compilados por diferentes instituições demonstraram um crescimento populacional na cidade de Campina Grande superior ao da capital, João Pessoa, nos anos de 1940 e 1950.

Em estudo que discute o imaginário de progresso em Campina Grande na década de 1950, Montenegro (2004) citando o censo realizado pela Federação das Indústrias da Paraíba (FIEP), ressalta a elevação da população de Campina Grande em relação à população de João Pessoa. Segundo ela,

A década de 1950 testemunharia um significativo desenvolvimento da cidade de Campina Grande, cuja população chegara a 173.206 habitantes, enquanto a capital contava com uma população de 119.926 habitantes, segundo censo realizado pela Federação das Indústrias da Paraíba (FIEP), em 1957. (MONTENEGRO, 2004, p. 70)

Ratificando essa elevação habitacional na cidade de Campina Grande, em um material organizado para divulgação de aspectos geoeconômicos da cidade de Campina Grande no IV Congresso Nacional dos Municípios e baseado nos dados do IBGE, é também ressaltado que:

Em 1950 a população municipal totalizava 173.206 pessoas, com densidade demográfica de 70,4 habitantes por quilômetro quadrado.



Campina está em, 1º lugar na relação dos municípios da Paraíba, considerando mesmo a Capital (119.926 hbs.) e é o 13º núcleo municipal de população do País. (PARAÍBA, 1956, p. 03).

A partir dos dados populacionais antes apresentados é possível perceber que a população de Campina Grande foi apresentada superior a da capital paraibana nas fontes que lançamos mão, demonstrando, dessa forma, um considerável crescimento habitacional naquela localidade. Apontamos esse aspecto como indicativo à implantação do Colégio Estadual da Prata em consonância com os apontamentos de Geraldo Bastos Silva (1969) quando o mesmo elenca como fatores sociais da expansão do ensino secundário no Brasil as modificações demográficas, entendida por nós como o crescimento populacional em cidades e estados.

Esse argumento ganhou sustentabilidade com a seguinte mensagem, do governador da Paraíba, apresentada à Assembleia Legislativa em primeiro de junho de 1949: “Dada a condição de ser Campina Grande, depois da capital, a cidade de maior densidade de população do Estado, o Govêrno iniciou alí a construção do edifício para um Colégio Estadual.” (PARAÍBA, 1949, p. 44). Embora a cidade de Campina Grande tenha sido apresentada pelo governador como a segunda mais populosa do Estado, não há o que discutir sobre o aspecto demográfico ter sido explicitamente indicado como justificativa à construção do Colégio Estadual nessa cidade.

Por último, destacamos o indício de que a expansão do ensino primário repercutiu diretamente na necessidade do estabelecimento do colégio. Campina Grande contava até 1953 efetivamente com três grandes estabelecimentos de ensino secundário, sendo estes particulares, já o ensino primário tinha acelerado seu processo de expansão principalmente devido à obrigatoriedade desse nível de ensino alvitada na Constituição de 1946 e à necessidade de promover um desenvolvimento no país, reinventando o ideário da educação como elemento indispensável para tal finalidade, como fora nas décadas de 1920 e 1930.

De acordo com o Anuário de Campina Grande (1950), dirigido por Lino Gomes Filho, Campina Grande contava no ano de 1949 com 165 escolas de ensino primário municipais, tendo contabilizado a matrícula total de 9.574 alunos. Essa informação evidencia a expansão do ensino primário nessa cidade como um possível fato, a partir da década de 1950. É evidente que deixamos a ressalva que apenas a oferta não é suficiente. Mas, foi considerando essa ampliação das matrículas no ensino primário que pode ter colaborado para a necessidade da implantação de um colégio secundário público nessa localidade.

Sobre a ampliação do ensino primário na década de 1950 em Campina Grande, destacamos que,

Em 1950, existiam, no Município, 273 unidades escolares de ensino primário fundamental comum, nas quais, no início do mesmo ano, estavam matriculadas 17.861 crianças.



Pelos dados censitários, a quota de pessoas em idade escolar matriculadas atingiu 33% no Estado e era de 51% em Campina Grande (% da matrícula geral sobre pessoas de 7 a 14 anos).

Em 1956, o número de unidades escolares de ensino primário fundamental comum elevou-se a 320. (ANUÁRIO DA TERRA PARAIBANA, 1959, p. 31).

Portanto, pelo menos no que se refere à criação e abertura de escolas primárias em Campina Grande na alusiva década, podemos inferir que foi fato indiscutível, sendo essa ocorrência um dos indicadores para a implantação do colégio, uma vez que apenas três estabelecimentos de ensino secundário, talvez, fossem insuficientes ou até mesmo inacessíveis, tendo em vista serem particulares, para atender a demanda educacional a esse nível de ensino que se apresentava na época.

Nesse sentido, o colégio foi oficialmente criado pelo decreto nº. 456 de 18 de julho de 1952, aprovado pelo governo de José Américo. Essa instituição passou a ser autorizada a funcionar em regime de externato para ambos os sexos.

Após seis meses da oficialização de criação do colégio se realizou sua inauguração. Esse evento de inauguração foi envolvido de todo um poder simbólico (BOURDIEU, 2010), sendo destacado, pela imprensa local, como um grandioso episódio na história educacional do Estado da Paraíba.

A representação, e diríamos que mais ainda a simbologia que foi propagada desse acontecimento, foi toda planejada de maneira antecipada e articulada pelo poder público do momento. É bem verdade que o governador não poderia deixar passar despercebida uma inauguração considerada tão importante para Campina Grande, e principalmente para o Estado, haja vista que se tratou da criação do segundo estabelecimento público de ensino secundário da Paraíba e, vale lembrar, depois de mais de um século da instauração do primeiro, o Lyceu Parahybano. Podemos inferir que tal realização comemorativa se tornou uma vitrine para divulgação do então governo. Isso porque estrategicamente foi definida a inauguração do colégio associada a mais dois eventos, a saber: o I Congresso de Professores Secundários do Nordeste, um importante acontecimento na história desse nível de ensino nessa região que seria sediado em Campina Grande e a comemoração do 2º aniversário do governo de José Américo, isto é, nos festejos de evidenciar a sociedade paraibana o que esse governo já tinha realizado em dois anos à frente do Estado.

Parte do que chamamos de estratégia de governo anteriormente citada é ratificado no seguinte fragmento do Jornal A União: “Instala-se, hoje, em Campina Grande um Congresso de Educação, ao mesmo tempo que o Governo do Estado inaugura o excelente prédio onde vai funcionar o Colégio Estadual daquela cidade.” (JORNAL A UNIÃO, 1953b, p. 03).

Sobre a solenidade de inauguração do colégio é válido destacar a reverberação desse feito na cidade de Campina Grande e no Estado da Paraíba, já que se tratou de um acontecimento grandioso que principiou no interior da Paraíba o funcionamento de uma instituição pública de ensino secundário, sendo para o momento “[...] considerado um dos



maiores estabelecimentos de ensino secundário do norte do país, com a capacidade para cerca de dois mil alunos.” (JORNAL A UNIÃO, 1953d, p. 03).

Durante a solenidade de inauguração, não diferentemente do que vem sendo registrado nos estudos que tematizam a inauguração de instituições escolares, principalmente grupos escolares, escolas normais e colégios (SOUZA, 1998; PINHEIRO, 2002; SILVA, V., 2009), a população acompanhou todo um ritual, no qual se inclui o simbólico corte da fita pelo então governador, a benção do prédio, mediante missa celebrada e os discursos de autoridades públicas.

A repercussão desse evento tomou grande dimensão nos meios de comunicação escritos da época. Um exemplo dessa ampla divulgação é percebido no jornal oficial do governo, A União, que dedicou várias matérias antes da data da inauguração e quase toda uma página no dia do conclave, realizando a cobertura do acontecimento considerado de suma relevância para a formação da juventude paraibana.

Sobre os convidados para o evento de inauguração, o trecho a seguir especifica mais detalhadamente:

[...] estará presente o Chefe do Executivo, o Secretariado, pessoas da maior projeção dos quadros culturais e do magistério paraibano, além de convidados e pessoal da imprensa, devendo o acontecimento marcar época na história da evolução educacional deste Estado. (JORNAL A UNIÃO, 1953a, p. 03).

É possível perceber a importância que se deu a esse fato para a história da educação do jovem paraibano, quando se ressaltou esse acontecimento como um elemento de evolução educacional na localidade. Essa imagem foi recorrentemente divulgada nos jornais como podemos observar nesses outros fragmentos: “O Colégio Estadual de Campina Grande é uma realização de vulto, merecendo a estima de quantos se interessam pelo bem estar da nossa mocidade estudiosa” (JORNAL DE CAMPINA, 1953, p. 02); “Acontecimento da maior importância para a vida cultural de Campina Grande ocorrerá amanhã, quando será inaugurado o Colégio Estadual.” (JORNAL A UNIÃO, 1953c, p. 03). Nesse sentido, pelo menos nos jornais da época que tivemos acesso essa figuração foi consenso.

CONSIDERAÇÕES

Observamos que até fins da década de 1950, o ensino secundário brasileiro passou pela preponderância de estabelecimentos de ensino particulares, em detrimento das instituições públicas oficiais deste nível de ensino. Foi exatamente esta constatação que percebemos no Estado da Paraíba que, até a instauração e autorização do funcionamento do Colégio Estadual de Campina Grande, dispunha apenas de um estabelecimento de ensino secundário público, o Lyceu Parahybano. Da mesma forma, no município de Campina Grande existiam apenas instituições de ensino secundário particular, sendo as principais:



Instituto Pedagógico Campinense (1919); Colégio Imaculada Conceição (1931) e Colégio Pio XI (1931).

No que se refere ao processo de implantação desse colégio, foi possível evidenciar as seguintes motivações: a política educacional de expansão do ensino secundário público introduzida no país, a demanda populacional de Campina Grande, que na época há indícios de que superava a da capital da Paraíba, e, por fim, a expansão do ensino primário que repercutiu diretamente na necessidade de instauração de uma instituição pública de ensino secundário.

O colégio foi criado oficialmente pelo decreto nº. 456 de 18 de julho de 1952, aprovado pelo governo de José Américo. Tornou-se, portanto, uma emblemática instituição de formação da juventude paraibana, principalmente por se constituir espaço de preparação para o ingresso nos cursos superiores do estado ou de estados vizinhos.

Esta instituição até hoje funciona no estado da Paraíba, tendo o nome atual de Colégio Estadual Dr. Elpídio de Almeida, ou popularmente denominada Estadual da Prata (Prata é um bairro da cidade de Campina Grande onde a escola foi construída).

REFERÊNCIAS

ANDRADE, V. G. A compreensão de uma 'modernidade pedagógica' através do Instituto Pedagógico Campinense (1919-1950). In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL, 9., 2012, João Pessoa. **Anais eletrônicos...** João Pessoa: UFPB, 2012. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/3.22.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2013.

ANUÁRIO DA TERRA PARAIBANA: estatístico, informativo e literário. Edição de Vida de Cultura. Revista Mensal. 1959.

ANUÁRIO DE CAMPINA GRANDE: comércio, indústria e profissão. Diretor: Lino Gomes Filho. Gerente: Epaminondas Resende Pereira. Campina Grande: 1950.

ANUÁRIO DE CAMPINA GRANDE PARA O ANO DE 1926. Director: João Mendes. Recife: Oficina Gráfica Jornal do Commercio, 1925.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. 322 p.

BOURDIEU, P. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Tradução de Mariza Corrêa. Campinas, SP: Papirus, 1996. 224 p.

CÂMARA, E. **Datas campinenses**. Campina Grande: Prefeitura Municipal: Secretaria de Educação: Núcleo Cultural Português, 1998. 164 p. (Escritores campinenses).



CHIANCA, M. das. V. **Bio-biografia de José Américo de Almeida**. João Pessoa, PB, 1987. 19 p.

FERRONATO, C. de J. **Das aulas avulsas ao Lyceu provincial: as primeiras configurações da instrução secundária na Província da Parahyba do Norte (1836-1884)**. 2012. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

Haidar, **O ensino secundário no império brasileiro**. São Paulo: Ed. da USP; Grijalbo, 1972.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS, INEP. **A educação nas mensagens presidenciais (1890 – 1986)**. Brasília, DF: MEC, 1987. v. 1 e 2.

JORNAL A UNIÃO. João Pessoa: Imprensa Oficial do Governo do Estado da Paraíba. Ano LV, n. 144, Paraíba, 02/07/1947. 1947.

JORNAL A UNIÃO. João Pessoa: Imprensa Oficial do Governo do Estado da Paraíba. Ano LVI, n. 288, Paraíba, 03/06/1948. 1948.

JORNAL A UNIÃO. João Pessoa: Imprensa Oficial do Governo do Estado da Paraíba. Ano LX, n. 19, Paraíba, 24/01/1953. 1953a.

JORNAL A UNIÃO. João Pessoa: Imprensa Oficial do Governo do Estado da Paraíba. Ano LX, n. 22, Paraíba, 28/01/1953. 1953b.

JORNAL A UNIÃO. João Pessoa: Imprensa Oficial do Governo do Estado da Paraíba. Ano LX, n. 24, Paraíba, 30/01/1953. 1953c.

JORNAL A UNIÃO. João Pessoa: Imprensa Oficial do Governo do Estado da Paraíba. Ano LXI, n. 65, Paraíba, 24/03/1953. 1953d.

JORNAL DE CAMPINA. Campina Grande. Ano I, n. 25, 1953.

KULESZA, W. A. O processo de equiparação ao Ginásio Nacional na Primeira República: o caso do Colégio Diocesano da Paraíba. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, v. 11, n. 2 (26), p. 81-102, maio/ago. 2011.

LE GOFF, J. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão et al. 4. ed. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1996.

MAIA, B. **Governadores da Paraíba (1947-1980)**. 3. ed. João Pessoa, 1980. 178 p.

MELLO, J. B. de. **Evolução do Ensino na Paraíba**. Secretaria da Educação e Cultura. Conselho Estadual de Educação. João Pessoa, PB, 1996. 202 p. (Biblioteca Paraibana).

MENEZES, J. R. de. **História do Lyceu Parahybano**. João Pessoa: Ed. da UFPB, 1982.



MONTENEGRO, R. D. História política e imaginário de progresso em Campina Grande dos anos 50, **Saeculum: Revista de História**, n. 10, 2004. Disponível em: <periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/srh/article/download/11289/6403>. Acesso em: 20 abr. 2012.

NUNES, C. O “velho” e “bom” ensino secundário: momentos decisivos. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, maio/ago. 2000. Disponível em: <http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/rbde14/rbde14_05_clarice_nunes.pdf>. Acesso em: 20 maio 2011.

PARAÍBA (Estado). Aspectos Geo-econômicos de Campina Grande. Divulgação da delegação campinense ao IV Congresso Nacional dos Municípios. IBGE, Agência Modelo. 1956.

PARAÍBA (Estado). Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, em 1º de julho de 1947, pelo governador Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Mello. **Jornal A União**, Paraíba, ano LV, n. 144, 1 jun. 1947.

PARAÍBA (Estado). Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, em 1º de julho de 1948, pelo governador Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Mello. **Jornal A União**, Paraíba, ano LVE, n. 282, 1 jul. 1948.

PARAÍBA (Estado). Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, em 1º de junho de 1949, pelo governador Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Mello. João Pessoa, PA: **Imprensa Oficial**, Departamento de Publicidade, 1949.

PINHEIRO, A. C. F. **Da Era das cadeiras isoladas à Era dos grupos escolares na Paraíba**. Campinas, SP: Autores Associados, 2002. 286 p.

SANFELICE, J. L. História das Instituições Escolares. In: NASCIMENTO, M. I. M. et al. (Org.). **Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007. p. 75-93.

SAVIANI, D. Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica. In: NASCIMENTO, M. I. M. et al. (Org.). **Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007. p. 03-27.

SILVA, G. B. **A Educação secundária: perspectiva histórica e teoria**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969. 416 p.

SILVA, P. P. **(Des)alinhando alguns fios da modernidade pedagógica: um estudo sobre as práticas discursivas em torno da educação infantil em Campina Grande-PB (1919-1945)**. 2010. 110 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

SILVA, R. N e. **A Igreja é uma escola, ou como o internato se tece: culturas instrucionais de confinamento e as damas da instrução Cristã-1891-1937**. 2012. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, 2012.



SILVA, V. de. M. **Grupo Escolar Solon de Lucena: um novo modelo de escolarização primária para a cidade de Campina Grande-PB (1924-1937)**. 2009. 140 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, 2009.

SOUZA, R. F. de. **Templos de Civilização: a implantação da Escola Primária Graduada no estado de São Paulo (1890-1910)**. São Paulo: Fundação Ed. da UNESP, 1998, 302 p.

VIANA, C. **Lembranças do velho Pio XI**. Crônica. 30/03/2007. Disponível em: <<http://www.chicoviana.com/cronicas.php?id=146>>. Acesso em: 10 mar. 2013.

ZENAIDE, H. N. **Ministro Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Mello: no ano de seu centenário de nascimento**. João Pessoa: Idéia, 2004. 57 p.

Notas

¹ Doutora e Mestre em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba (PPGE/UFPB) e graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Campina Grande (2007). É professora vinculada ao Departamento de Fundamentação da Educação (DFE) do Centro de Educação (CE) da UFPB - Campus I. Nos últimos anos tem se dedicado à História da Educação na Paraíba, com projetos de pesquisa e ensino. Atua nos seguintes grupos de pesquisa: Grupo de Estudos e Pesquisas História da Educação da Paraíba - HISTEDBR/PB e Ciência, Educação e Sociedade.

² Criação em março de 1836 do Lyceu Provincial da Parahyba do Norte.

³ Extinção dessa forma de organização escolar na Paraíba. (FERRONATO, 2012).

Submetido em: 07/02/2018

Aprovado em: 24/03/2018

Publicado em: 04/04/2018